



PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



LEI Nº 271/2016

Revoga as Leis Nº 057/200 e 211/2012 e Institui a Gratificação de Incentivo a Produtividade a ser paga mensalmente, aos ocupantes do cargo de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), EFETIVOS, CEDIDOS e CONTRATADOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI

Art. 1º. Revoga as Leis Nº 057/200 e 211/2012 e Institui a Gratificação de Incentivo a Produtividade a ser paga mensalmente, aos ocupantes do cargo de **Agentes Comunitários de Saúde (ACS), EFETIVOS, CEDIDOS e CONTRATADOS**, no âmbito do Município de **MULUNGU-CE**.

PARÁGRAFO ÚNICO- Farão jus a Gratificação de Incentivo a Produtividade os **Agentes Comunitários de Saúde, EFETIVOS, CEDIDOS e CONTRATADOS** em pleno exercício de suas atividades laborais.

Art.2º- A Gratificação de Incentivo a Produtividade será paga mensalmente em valor equivalente a **71% (Setenta e um por cento)** do valor repassado ao Município com a rubrica **AFC 95%**, aos **Agentes Comunitários de Saúde (ACS), EFETIVOS, CEDIDOS ou CONTRATADOS** pelo Município de Mulungu-CE da seguinte forma:

CONSIDERANDO o acordo feito pela categoria, o resultado em valores reais equivalente a 71% (setenta e um por cento) rubrica **AFC 95%** que será repassado a Associação dos Trabalhadores na Saúde do Maciço de Baturité, CNPJ Nº 14301239/0001-06, sito à Rua Cel. Justino Café S/N-Centro-Mulungu-CE, 1.000,00 (hum mil reais) será destinado a Associação, o restante será distribuído igualmente entre os 18 (dezoito) Agentes Comunitários de Saúde-ACS cedidos pelo Estado e aos 10 (dez) Agentes Comunitários de Saúde-ACS, do Município, efetivos e contratados, num total de 28 (vinte e oito) ACS.

PARÁGRAFO ÚNICO- A Gratificação de Incentivo a Produtividade, paga com base nesta Lei, não se incorporará em hipótese alguma, à remuneração dos **Agentes Comunitários de Saúde (ACS)** e nem poderá ser utilizada como base de cálculo de quaisquer outras parcelas,

Rua Cel. Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE – CEP:62764-000
Fone: (85) 3328.1130 - e-mail:P.M.Mulungu@hotmail.com
CNPJ: 07.910.730/0001-79



PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



GABINETE DO PREFEITO

FL.03

bem como **NÃO SERÁ PAGA** ao **Agente Comunitário de Saúde (ACS)**, **EFETIVO**, **CONTRATADO OU CEDIDO**, que se encontre em gozo de **FÉRIAS, LICENÇA MÉDICA, LICENÇA GESTANTE**, ou qualquer outro tipo de afastamento de suas funções, devendo a mesma ser paga ao substituto, se houver, visto tratar-se de incentivo a produção.

Art.3º- O pagamento da gratificação instituída na presente Lei, que será de **71% (setenta e um por cento)** fica condicionado ao repasse por parte da União, com a rubrica **ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR (AFC 95%)** subtraída do valor alusivo ao pagamento do valor base do Piso Salarial Nacional do ACS, pertencente ao quadro dos Servidores Públicos do Município de Mulungu-CE, sendo condicionado à:

- I- Quando houver mudança para maior ou menor, no quantitativo dos **Agentes Comunitários de Saúde (ACS)** vinculados ao Estado ou ao Município, o valor destinado à quantidade de **ACS** que reduzir, será destinado a quantidade de ACS que for aumentado;
- II- Frequência mensal integral ou superior a **90% (noventa por cento)**, ou em caso de falta por motivo de saúde, apresentar atestado médico emitido por profissional da rede pública de saúde do Município de Mulungu-CE;
- III- Nos casos em que o Atestado Médico for superior a 15 (quinze) dias o **ACS** será encaminhado à perícia médica do órgão afim. Sendo comprovado seu afastamento, o incentivo será destinado imediatamente ao substituto até que o mesmo retorne as suas atividades e comprove a produtividade.
- IV- Apresentar relatório mensal contendo as atividades realizadas, ratificado pela assinatura das famílias visitadas, ou em caso de impossibilidade do atesto da respectiva família, apresentar justificativa devidamente assinada pelo Competente **Agente Comunitários de Saúde (ACS)**;
- V- Produtividade do serviço ofertado à população Mulunguense, devidamente comprovado pela demonstração de pelo menos 01 (uma) visita mensal a cada família constante de sua área de abrangência;
- VI- Em caso de infração dos deveres do servidor estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Mulungu-CE, será apenado com advertência ou suspensão, o **Agente Comunitário de Saúde (ACS)**, **EFETIVO, CONTRATADO OU CEDIDO**, e o mesmo **NÃO FARÁ JUS** ao Incentivo que trata o **caput** desta Lei, no mês da ocorrência;

VII -Em caso da interrupção da Assistência financeira Complementar-AFC 95%, nos atuais moldes, será imediatamente suspenso o pagamento do incentivo mensal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



Art.4º- Farão jus ainda, os **Agentes Comunitários de Saúde (ACS), EFETIVO, CONTRATADO OU CEDIDO**, de forma integral ao rateio da Decima Terceira parcela alusiva à **ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR (AFC 95%)** da União.

Art.5º- A Associação dos Trabalhadores na Saúde do Maciço de Baturité, CNPJ Nº 14301239/0001-06, sito à Rua Cel. Justino Café S/N-Centro-Mulungu-CE, deverá apresentar, imediatamente após a publicação desta Lei, documentação perante os órgãos afim, que ofereça condições legais de receber repasse financeiro.

Art.6º- Em esta Lei retroage seus efeitos financeiro a 04 de Janeiro de 2016.

Art.7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario, podendo ser regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU ESTADO DO CEARÁ EM 11 DE MARÇO DE 2016

X 
FRANCISCO SÁVIO BEZERRA UCHOA

PREFEITO MUNICIPAL
Francisco Sávio Bezerra Uchoa
Prefeito Municipal de Mulungu